

**EDv na PETIÇÃO Nº 12.543 - PA (2018/0298914-2)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**EMBARGANTE : ELIANE FERNANDES RIBEIRO**  
**ADVOGADOS : CARLA DANIELEN PRESTES GOMES - PA017258**  
**ALINE MOURA FERREIRA VEIGA - PA018863**  
**EMBARGADO : MUNICIPIO DE BAIÃO**  
**ADVOGADO : CLEIDENILSON LEMOS PANTOJA E OUTRO(S) - PA011846**

**DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Divergência, interpostos por ELIANE FERNANDES RIBEIRO, em 13/12/2018, contra acórdão da decisão monocrática da lavra do Ministro Presidente do STJ, que não conheceu do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança manejado pela parte embargante, em razão de sua intempestividade.

Nos Embargos de Divergência, a parte embargante assim sustenta, **in verbis**:

**"I – Da decisão embargada e do acórdão paradigma**

O embargante interpôs Recurso Ordinário em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará que não conheceu do Agravo Interno. O Agravo interno tinha o objetivo de reverter decisão anterior que não conheceu do recurso de Apelação.

Cumpra esclarecer que a divergência encontrada no presente caso está pautada com base no despacho do juízo de primeira instância de fls. 147 dos autos originários e 164 dos autos neste Superior Tribunal de Justiça. Onde tal despacho prevê que com base no artigo 103 do CPC/1975 ("Art. 103. Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir."), elenca a presente ação e outras demais como conexas.

Dentre as ações elencadas, encontra-se a de nº 0001157-98.2015.8.14.0007, que recentemente teve decisão que baseia a divergência aqui levantada, transcrevemos seu dispositivo final, mas em anexo apresentamos a decisão completa:

'VOTO Aplicação das normas processuais Consoante o art. 14 da Lei n. 13.105/2015 - CPC/2015 - a norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada. O recurso deve observar a legislação vigente na data em que proferida a decisão recorrida (REsp 649.526/MG, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/06/2005, DJ

13/02/2006, p. 643). A decisão recorrida foi publicada antes de 18 de março de 2015, data que entrou em vigor o CPC/2015. Nessas circunstâncias, este julgamento deve respeitar os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência do CPC/1973, bem como observar as normas aplicáveis aos recursos previstas no antigo Código de Processo Civil. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conhecimento do recurso de Apelação interposto. O cerne da questão consiste em se verificar se foi correta ou não a sentença do juízo de piso que declarou a decadência da pretensão do autor, julgando o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, IV, do CPC/73. Pois bem, o recurso merece provimento. Ao analisar detidamente os autos, verifico que o ato impugnado que ensejou a impetração do mandamus foi o Decreto nº 240/2015 de 20/03/2015 às fls. 55/58, assinado pelo Prefeito Nilton Lopes de Farias, ora autoridade coatora. Assim, tendo em vista que a ação mandamental foi impetrada em 22/04/2015, logo encontra-se tempestiva, pois, a contagem do prazo decadencial de 120 dias deve iniciar através do ato que indeferiu o pedido administrativo de reconsideração para que o impetrante fosse reconduzido ao cargo que fora exonerado. Mediante tais considerações, assiste razão ao recorrente, eis que não operou-se a decadência. **Pelo exposto, na esteira do parecer ministerial, conheço e dou provimento à apelação, no sentido de anular a sentença de 1º grau, tudo de acordo com a fundamentação acima expendida. Por consequência, determino o retorno dos autos ao Juízo de primeiro grau, para que seja dada continuidade à instrução processual. É como voto'. – grifos nossos.**

Salienta-se que tal acórdão transitou em julgado, conforme comprovamos por certidão de trânsito em julgado em anexo.

Além deste acórdão paradigma da ação conexa ao presente caso, em outros processos conexos ainda houveram outras decisões, que despacharam as ações em retorno ao primeiro grau para sanar a falta de publicação de sentença, conforme se depreende do ocorrido nas ações de números de origem 0001173-52.2015.814.0007, 0001161-38.2015.814.0007, 0001160-53.2015.814.0007 e 0001153-61.2015.814.0007, sendo que conforme se depreende das fls 236 e 237, o desembargador relator do recurso de Agravo Interno ao proferir despacho, faz menção a número de processo e partes diversas a presente ação. O que torna obscuro o entendimento acerca do pedido feito na petição de fls. 228-229 dos autos digitalizados deste Tribunal.

E ainda, considerando o mérito combatido nos recursos referentes a sentença de primeiro grau, este Superior Tribunal de Justiça tem julgado da seguinte maneira.

'ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RAZÕES DE INCONFORMISMO ESTÃO DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 284/STF. SERVENTIA EXTRAJUDICIAL. PROVIMENTO DO CARGO SEM CONCURSO PÚBLICO. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF (ADI Nº 1.573/SC). **ATO NULO. PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA AFASTADA.** 1. É inadmissível o agravo regimental que apresenta razões dissociadas do quadro fático e das premissas jurídicas expostos na decisão agravada. Os argumentos veiculados no presente apelo não guardam pertinência com os fundamentos da decisão atacada, atraindo a incidência, por analogia, da Súmula 284/STF. 2. As Turmas que compõem a Primeira Seção deste STJ firmaram jurisprudência no sentido de que a Administração pode anular, a qualquer tempo, o ato administrativo de provimento de serventia extrajudicial sem a devida observância ao requisito do concurso público, **não se cogitando da incidência do disposto no art. 54 da Lei nº 9.784/99.** 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no REsp: 930934 SC 2007/0046193-9, Relator: Ministro SÉRGIO KUKINA, Data de Julgamento: 24/03/2015, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/04/2015)' – grifos nossos

'ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TITULARIDADE DE CARTÓRIO. NECESSIDADE DE CONCURSO PÚBLICO. NOMEAÇÃO. **ATO NULO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.** 1. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal a quo julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada. 2. O entendimento pacífico do STJ e do STF é no sentido de que os atos administrativos de delegação com fim de investidura no cargo de titular de serventia cartorária pressupõem, necessariamente, a realização de concurso público, requisito que não observado, sobretudo pela não-observância do princípio do concurso público (arts. 37, II, e 236, § 3º, da CF/88), **torna o ato de nomeação nulo de pleno direito e afasta a prescrição ou preclusão administrativa** (Súmula

473 do STF). Precedente do STJ: AgRg no Resp 930.484/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 20/08/2009, DJe 08/09/2009 e STF: MS 26860, Relator Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 02/04/2014, DJe-184; 3. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal Superior, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida." 4. Agravo Regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 395668 MG 2013/0311024-5, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 24/02/2015, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/03/2015) – grifos nossos" (fls. 248/257e).

Por fim, requer o "provimento do seu recurso para que prevaleça a tese do acórdão paradigma para que seja reconhecido que não houve decadência para ação mandamental e que assim o mérito da ação deve ser analisada e julgado, invertendo-se os ônus processuais" (fl. 252e).

**Os Embargos de Divergência devem ser liminarmente indeferidos.**

De acordo com o art. 1.043 do CPC/2015, **é embargável o acórdão de órgão fracionário** que, "em recurso extraordinário ou **em recurso especial**, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo **os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito**", bem como que, "em recurso extraordinário ou **em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal**, sendo um **acórdão** de mérito e outro que não tenha conhecido do recurso, embora tenha apreciado a controvérsia".

No mesmo condão rezava o *caput* do art. 266 do RISTJ:

"Art. 266. **Cabem embargos de divergência contra acórdão de Órgão Fracionário** que, **em recurso especial, divergir do julgamento atual de qualquer outro Órgão Jurisdicional deste Tribunal**, sendo:

I - **os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito;**

II - **um acórdão de mérito e outro que não tenha conhecido do recurso, embora tenha apreciado a controvérsia".**

Em conformidade com o supracitado dispositivo legal, **só se admite a interposição de Embargos de Divergência contra acórdão de Órgão Fracionário do STJ que, no julgamento de Recurso Especial, diverja do julgamento atual de outro órgão jurisdicional deste Tribunal.**

**Assim, não cabe a interposição de Embargos de Divergência contra decisão monocrática, nem contra acórdão que não tenha sido proferido em sede de Recurso Especial.**

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. NÃO CABIMENTO. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Os embargos de divergência destinam-se exclusivamente a uniformização de teses enfrentadas em recurso especial, conforme se pode verificar na legislação de regência: artigo 546 do CPC; artigo 29 da Lei n. 8.038/90; e artigo 266, caput, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça.

2. Por isso, **descabida a interposição de embargos de divergência contra acórdão proferido em recurso ordinário em mandado de segurança. Precedentes da Corte Especial.**

3. Agravo regimental ao qual se nega provimento" (STJ, AgRg na Pet 10.132/AM, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, DJe de 31/08/2015).

"AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182 DO STJ. **EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA OPOSTOS CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO CABIMENTO.**

(...)

2. 'É pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de que somente as decisões colegiadas proferidas por Turma ou Seção no julgamento de recurso especial são passíveis de impugnação através dos embargos de divergência'. (AgRg nos EAREsp 138.001/TO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 01/10/2014, DJe 28/10/2014)

(...)" (STJ, AgRg nos EAREsp 655.129/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, DJe de 14/08/2015).

"AGRAVO REGIMENTAL. **EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA INTERPOSTOS CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. INVIABILIDADE.** RECURSO INDEFERIDO LIMINARMENTE. EXEGESE DOS ARTS. 266 DO RISTJ E 546, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. As redações dos arts. 266 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça e 546, inciso I, do Código de Processo Civil são cristalinas em indicar o cabimento de embargos de divergência contra julgado proferido por órgão colegiado do Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial. **Assim, decisões monocráticas de Ministros Relatores não desafiam a interposição dessa espécie recursal.**

2. Agravo regimental desprovido" (STJ, AgRg nos EDcl nos EAREsp 243.034/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, DJe de 12/06/2015).

**"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA OPOSTOS CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO CABIMENTO.**

1. **É pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de que somente as decisões colegiadas proferidas por Turma ou Seção no julgamento de recurso especial são passíveis de impugnação através dos embargos de divergência.**

2. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg nos EAREsp 138.001/TO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, DJe de 28/10/2014).

**"AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO CABIMENTO. ART. 266 DO RISTJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.**

I - A admissibilidade e o processamento dos embargos de divergência, no âmbito deste Superior Tribunal, é regulamentada pelo artigo 266 do Regimento Interno desta Corte.

II - A interpretação literal do aludido dispositivo permite concluir que a presente via recursal tem o escopo de pacificar a jurisprudência entre Turmas ou entre Seções e, por consequência, reclama um julgamento prolatado por órgão colegiado.

**III - Os presentes embargos de divergência - por atacarem decisão singular - não preenchem condições admissibilidade.**

IV - Agravo interno desprovido" (STJ, AgRg nos EAREsp 315.184/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, CORTE ESPECIAL, DJe de 25/09/2013).

**"AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INTERPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. PRETENSÃO DE DISCUTIR OS CRITÉRIOS DE ADMISSIBILIDADE DO APELO NOBRE. NÃO**

CABIMENTO. SÚMULA 315 DO STJ.

**1. Os embargos de divergência somente são cabíveis contra acórdãos de Turmas ou Seções, ou seja, decisões colegiadas, não se admitindo a sua interposição contra decisão monocrática.**

(...)" (STJ, AgRg nos EAREsp 631.293/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 16/11/2015).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA DIRIGIDOS CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO CABIMENTO. ART. 546, I, DO CPC C/C O ART. 266, *CAPUT*, DO RISTJ.

**1. É pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de que somente as decisões colegiadas proferidas por Turma ou Seção no julgamento de recurso especial são passíveis de impugnação através dos embargos de divergência.** Precedentes: AgRg nos EAREsp 138.001/TO, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, DJe 28/10/2014; AgRg nos EAREsp 251.750/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, DJe 7/3/2014.

2. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg nos EAREsp 1.461.155/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 03/09/2015).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. CARÁTER MERAMENTE INFRINGENTE. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. DESCABIMENTO. ACÓRDÃO PARADIGMA. JULGAMENTO DE MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSSIBILIDADE. (...)

**2. São inadmissíveis os embargos de divergência contra decisão monocrática**, assim como o acórdão proferido no julgamento de mandado de segurança não se presta como paradigma, pois se exige que o dissídio recaia no âmbito do recurso especial. 3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, a que se nega provimento" (STJ, EDcl nos EAREsp 68.267/CE, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 01/07/2014).

"AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA - NÃO CABIMENTO DOS EMBARGOS.

**1. Nos termos do art. 266 do RISTJ, somente são cabíveis embargos de divergência contra acórdão de Turma em recurso especial, sendo inadmissíveis contra decisão proferida isoladamente pelo Relator, sem que a tese seja devolvida ao órgão colegiado, por meio do cabível agravo regimental.** 2. Agravo

regimental não provido" (STJ, AgRg nos EAREsp 184.713/RN, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 20/09/2013).

**"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE DE RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. NÃO CABIMENTO.**

**1. O cabimento dos embargos de divergência é restrito aos casos em que houver decisão da Turma, proferida em sede de recurso especial, que se mostre divergente da orientação adotada por outra Turma, Seção, ou Órgão Especial. Os arts. 546 do CPC e 266 do RISTJ não prevêm hipótese de admissão desse recurso quando interposto contra decisão proferida por Turma em recurso ordinário em mandado de segurança. Precedente: AGEDv no RMS 10429/SC, 6ª T., Min. Vicente Leal, DJ de 29.05.2000.**

**2. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg na Pet 4.285/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, Dju de 20/03/2006, p. 177).**

No caso em exame, a parte embargante além de interpor o presente recurso uniformizador contra decisão singular do Ministro Presidente desta Corte, sem que a controvérsia fosse submetida ao Órgão Colegiado competente, o faz no bojo de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, **não havendo como conhecer-se dos Embargos de Divergência, por não preenchimento dos requisitos legais do art. 1.043 do CPC/2015 e do art. 266-C do RISTJ.**

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015, c/c os arts. 34, XVIII, a, e 266-C do Regimento Interno do STJ, **indefiro liminarmente os Embargos de Divergência.**

I.

Brasília (DF), 09 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora